



Jesuítas e Agentes da Diplomacia Brigantina

MÁRIO FERNANDES CORREIA BRANCO *

HÉLVIA CRUZ DE OLIVEIRA **

HENRIQUE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE ***

Esta comunicação pretende apresentar uma breve exposição do atual estágio da pesquisa de pós-doutorado, ora em andamento, na Universidade Federal Fluminense. O projeto intitulado **Emissários D’el Rei: Jesuítas e Agentes da Diplomacia Brigantina**, consiste em resgatar, por diversas vias, as experiências de vida de um punhado de personagens, que se encontraram nas malhas do império português dos Tempos Modernos, e sua estruturação em estratos sociais com sociabilidades específicas, esclarecendo os mecanismos, as solidariedades, os constrangimentos e os anseios a que estiveram sujeitos. Desse modo, pretende-se dar consistência ao esforço diplomático idealizado por Dom João IV (1604-1656), no qual os religiosos da Companhia de Jesus atuaram ora ostensivamente, ora secretamente, como foi o caso, por exemplo, das missões enviadas ao Brasil e à Holanda. Neste sentido, e tendo como pano de fundo a conjuntura das guerras contra a ocupação holandesa no Brasil do século XVII, esta comunicação apresenta um breve panorama das ações de dois religiosos da Companhia de Jesus, o padre Francisco de Vilhena e o padre Antônio Vieira.

De fato, logo após sua aclamação como rei de Portugal, em dezembro de 1640, verifica-se que o esforço diplomático de D. João IV, do qual participaram inúmeros jesuítas, visou divulgar na Europa e nas regiões coloniais ultramarinas, a notícia de sua aclamação como o novo monarca lusitano. Posteriormente, já em meados da década de 1640, devido à

* Professor Visitante na Universidade Federal Fluminense. Bolsista de Pós-Doutorado FAPERJ. (Programa de Apoio ao Pós-Doutorado do Estado do Rio de Janeiro – PAPDRJ/2010.).

** Bolsista FAPERJ/ Pibic/. (2012-2013). Orientador: Ronaldo Vainfas.

*** Bolsista CNPq/UFF. Pibic (2012). Orientador: Ronaldo Vainfas.

impossibilidade de conseguir reaver através de tratativas diplomáticas junto aos dirigentes das Províncias Unidas, as regiões produtoras de açúcar no Brasil, tomadas em 1630, *manu militari* pelas tropas da West Indische Compagnie, restou à diplomacia lusitana buscar outros caminhos, sempre com o irrestrito apoio dos religiosos da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil.

Nas últimas décadas os interesses do campo historiográfico deslocaram-se do macro para o micro, das grandes estruturas impessoais para o cotidiano dos indivíduos concretos. Todavia, menos divulgado e percebido é o fato de que essa mudança de perspectiva não se fez em proveito de uma ou em detrimento da outra. Ao contrário, procurou utilizar suas conclusões para irrigar e adensar a visão das personagens e episódios específicos com que passou a trabalhar, numa abordagem mais decididamente social, no sentido há muito proposto por Lucien Febvre, embora conjugada à percepção do papel decisivo desempenhado pelas culturas no processo de apreensão do mundo de uma determinada época.

Na produção acadêmica dos últimos quarenta anos, o estudo do império que os portugueses criaram na América, na África e na Ásia entre os séculos XV e XVIII partiu de uma concepção macro, que tendia a tomá-lo, de modo um tanto anacrônico e teleológico, como uma epifania precoce do imperialismo econômico do capitalismo maduro de fins do século XIX e inícios do XX. Em seguida, ainda sob a égide da ação das grandes forças anônimas, concentrou-se nos mecanismos específicos, sejam econômicos, demográficos ou sociais, de cada região. Numa vertente como na outra, valorizaram-se, sobretudo, os recortes nacionais, pouco importando a dinâmica do próprio império e tampouco o movimento miúdo das personagens que transitavam nesse universo.

Todavia, em anos mais recentes, no Brasil como no exterior, a perspectiva começou a mudar. Retomando o trabalho de pioneiros como Charles Boxer, o olhar procurou abranger o conjunto, levando em conta a articulação entre as partes, e passou a deter-se com maior frequência na experiência concreta dos agentes que teceram as malhas de que se fez o império, privilegiando o ângulo institucional, as tensões e as tradições.

No caso da presente comunicação, na verdade uma pequena amostra do projeto acima referido, trata-se de avançar nessa direção, buscando nas redes de informação institucional criadas pelos agentes régios e pela Igreja, um novo prisma através do qual seja possível

considerar o império português na longa duração como um espaço próprio de vivência. Evidentemente, devido aos limites de um texto de divulgação inicial dos objetivos do projeto, não é o caso de propor uma cobertura completa e abrangente de todo o império português, mas de recorrer à temática da diplomacia brigantina para articular um conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de reforçar a frágil posição de Portugal durante a década de 1640 e proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada do que significaram as embaixadas das quais participaram os religiosos da Companhia de Jesus.

Por fim, no caso de nosso projeto, porém, não se trata de propor uma coleção de biografias, mas, sim, de reunir uma série de investigações que privilegiam uma abordagem biográfica, de algumas personagens de destaque na urdidura da diplomacia brigantina e da ‘restauração de Pernambuco’.

Nessa direção se desenvolveu a atividade dos jesuítas de Portugal que contribuíram decisivamente para o sucesso da conspiração que levou ao trono o oitavo Duque de Bragança. De fato, conforme ressaltou Charles Boxer, em seu magnífico livro *Os holandeses no Brasil*, ‘a prova da aliança de D. João IV com os jesuítas e do apoio franco prestado pela Província portuguesa da Companhia de Jesus à Restauração não é difícil de ser encontrada’ (BOXER 1961).

No entanto, penso que outra face do apoio dos jesuítas ao projeto restauracionista tem sido pouco explorado. Refiro-me especificamente à participação dos inicianos nas tratativas diplomáticas e até mesmo nas ações que visaram, sobretudo, ‘restaurar Pernambuco,’ como então se dizia. De todo modo, e ainda que o trato epistolar dos inicianos tenha se encarregado de veicular de imediato as notícias da ‘Feliz Aclamação de Dom João IV’, como bem demonstrou João Francisco Marques, em seu conhecido livro, *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*, uma particularidade deste processo deve ser contextualizada e ressaltada. (MARQUES, 1989).

De fato, não se pode deixar de levar em conta as peculiaridades deste esforço diplomático lusitano, particularmente naqueles primeiros momentos pós-aclamação. Nesse sentido, cabe lembrar que os emissários do rei desempenharam também missões de caráter sigiloso, com o intuito de assegurar a coesão das áreas coloniais no ultramar. Esta percepção corrobora, portanto, as assertivas do decano dos historiadores da diplomacia restauracionista,

o professor Edgar Prestage. Afinal, conforme ressaltou, ‘foi comum às cortes católicas servirem-se dos religiosos para as missões diplomáticas’. (PRESTAGE, 1928).

Por conseguinte, o envio de religiosos para o cumprimento de funções que atualmente estão afeitas aos diplomatas de carreira, tornou-se muitas vezes o *modus operandi* que os soberanos adotaram, afinal, tais emissários, mesmo se não fossem águias da diplomacia, possuíam certas vantagens sobre os leigos. De fato, como sacerdotes tinham entrada fácil nos Paços reais, como confessores sabiam guardar sigilo, como membros duma ordem religiosa tinham por regra a obediência; não exigiam grandes ordenados nem ajudas de custo e podiam viajar como simples particulares, dando a entender que estavam a tratar de negócios de sua ordem.

Esse foi o caso, por exemplo, dos jesuítas que missionavam na dura realidade do ultramar, pois, embora distantes dos salões e dos palácios europeus, mantiveram-se em contato com seus confrades na Europa, graças, sobretudo, à regularidade e eficiência com que a correspondência institucional da Companhia de Jesus circulava. Desse modo a frequente correspondência epistolar entre os dirigentes da ordem inaciana, institucionalmente definida desde 1558 na oitava parte das *Constituições da Companhia de Jesus*, também contribuiu para que fosse assegurada institucionalmente a coesão do antigo império português em torno de Dom João IV.

A partir de 1640, a rede de informações estabelecida desde o início da atuação missionária dos filhos de Loyola, mostrou-se particularmente eficaz na conjuntura das guerras do açúcar que assolaram o Brasil, notadamente na capitania de Pernambuco e arredores. Como se sabe, através de suas cartas, os jesuítas fizeram circular preciosas informações, que chegaram aos salões da administração régia brigantina, dando conta do cotidiano da luta de guerrilha que se tratava nos trópicos brasílicos. No decorrer daquela arriscada empreitada, os inacianos ajudaram na medida de suas possibilidades, a fomentar secretamente as ações dos guerrilheiros luso-brasileiros, que combatiam as tropas da WIC nas áreas produtoras de açúcar do Brasil holandês. Em última análise, aqueles religiosos contribuíram para manter vivos os anseios de libertação dos habitantes de Pernambuco e das capitanias adjacentes, então submetidos ao jugo que lhes era imposto pelos soldados das tropas de ocupação enviadas aos trópicos pelas Províncias Unidas.

A primeira notícia da Aclamação de Dom João IV como rei de Portugal chegou ao Brasil no dia 15 de fevereiro de 1641. O vice-rei, D. Jorge Mascarenhas, marquês de Montalvão, não perdeu tempo para demonstrar sua adesão ao novo soberano. Em seu nome e de todo o Estado do Brasil enviou a beijar-lhe a mão o próprio filho, D. Fernando Mascarenhas, marechal do reino, que se fez acompanhar de dois padres jesuítas dos mais autorizados do Brasil, Simão de Vasconcelos e Antônio Vieira.

No entanto, apesar da tranquilidade com que se deu a aceitação da Aclamação na Bahia, a realidade da situação política vivida na metrópole lusitana ainda era bastante incerta. De fato, durante daquela conjuntura de incertezas e vacilações que matizaram os primeiros dias que se seguiram à Aclamação de D. João IV, vários nobres deixaram o reino de Portugal e juraram fidelidade ao trono espanhol. De todo modo, a julgar pelos acontecimentos posteriores, tudo indica que provavelmente o marquês de Montalvão desconhecesse totalmente as inquietações que assolavam a corte brigantina, e, até mesmo, o fato de que entre os nobres que desertaram para a Espanha se incluíram vários de seus familiares.

Padre Francisco de Vilhena

Por outro lado, é justo supor que devido à tais deserções de peso, Dom João IV, ainda em princípios de 1641, decidira enviar um emissário ao Brasil. O encarregado desta missão foi o padre Francisco de Vilhena, professor do Colégio da Companhia de Jesus em Évora. Tratava-se de um jesuíta veterano das lutas contra os holandeses em Pernambuco, que participara de todas as fases da luta, até ser capturado quando da rendição do Forte de Nazaré em 1635. Deportado para as Índias de Castela pelos holandeses, o padre Vilhena, depois de enfrentar inúmeros perigos e incertezas, conseguiu retornar a Portugal nos primeiros meses de 1637 e passou a viver no Colégio de Évora.

Em termos gerais, a missão confiada por Dom João IV ao padre Vilhena, em 1641, visava inicialmente avaliar a lealdade do marquês de Montalvão. Se, no entanto, a exemplo do que haviam feito outros membros de sua família, o vice-rei do Brasil também se mostrasse desleal ao trono lusitano, o padre Vilhena deveria cumprir o segundo objetivo daquela

embaixada, ou seja, garantir sua destituição do posto de vice-rei do Brasil por traição. Nesse caso, as ordens de D. João IV eram claras: o jesuíta deveria dar cumprimento às novas vias de sucessão que trazia em seu poder.

De fato, devido à recente aclamação de Dom João IV, tornou-se imperioso substituir as antigas vias de sucessão emanadas de Madrid, pois, as determinações que ainda estavam em vigência na colônia haviam sido entregues ao marques de Montalvão quando de sua nomeação pelo rei de Espanha. Aliás, cabe destacar que esses trâmites estavam de acordo com as determinações das Ordenações Filipinas, pois, conforme ressalta Ronald Raminelli.

A União Ibérica promoveu a modernização do sistema político português, ao recorrer a reformas que alteraram tanto a comunicação político-administrativa entre o rei e o reino quanto as modalidades do exercício do poder[...]. Desde 1603, a organização jurídico e administrativa do reino português e das terras brasílicas pautava-se nas Ordenações Filipinas. (RAMINELLI, 2008:36.).

Por conseguinte, o padre Vilhena trazia as novas vias de sucessão, assinadas por Dom João IV, que substituiriam as antigas. Na realidade, segundo as práticas administrativas adotadas até então, o antigo documento assinado pelo rei Felipe IV, se encontrava sob a guarda do reitor do Colégio da Bahia. De todo modo, também foi remetido ao Brasil, sob os cuidados do padre Vilhena, o novo documento, ou seja, a Provisão de Dom João IV, que dava conta da restauração da monarquia lusitana. Este documento foi entregue pelo padre Francisco de Vilhena, logo no dia seguinte ao seu desembarque na praia de Itapuã, nas proximidades da cidade de Salvador. Conforme as ordens que recebera, o jesuíta desembarcou em segredo, dirigindo-se imediatamente ao Colégio da Companhia de Jesus, onde pernoitou.

Apesar de todo o empenho em demonstrar sua lealdade a Dom João IV, o marquês de Montalvão acabou destituído e mandado de volta a Portugal. No entanto, embora tenha caído em desgraça e apesar das circunstâncias amplamente desfavoráveis a ele, os membros da junta de governo nomeada por Dom João IV, permitiram que o vice-rei deposto se mantivesse recolhido no Colégio dos jesuítas em Salvador, enquanto aguardava o momento em que fosse recambiado para Lisboa. Ao menos isto é o que se pode constatar pelo teor da carta anua escrita em dia incerto de abril de 1644 que, entre outros assuntos, relembra o franco acolhimento dado pelos jesuítas ao destituído vice-rei do Brasil.

No entanto, levando-se em conta os acontecimentos posteriores, a situação do marquês de Montalvão teve um desfecho incomum. De fato, logo que chegou a Lisboa, o destituído

vice-rei do Brasil foi recebido em audiência real e conseguiu obter sua reabilitação perante o soberano, a ponto de retomar sua carreira na alta administração brigantina. Jorge Mascarenhas foi nomeado Vedor da Fazenda, Conselheiro de Estado e chegou a ser presidente do Conselho Ultramarino. Em 1642 foi procurador nas Cortes que se reuniram naquele ano. No entanto, o marquês acabou sendo preso novamente sob a mesma acusação de traição. Reabilitado uma segunda vez, voltou à carreira das armas, como Mestre de Campo General. Tudo parecia bem, até que, devido às indiscrições de sua mulher, cuja simpatia pela Espanha jamais conseguira ocultar, Montalvão voltou à prisão, sendo encarcerado no castelo de São Jorge e ali morreu em 1652. Pelo que pode perceber, a biografia do marquês de Montalvão foi repleta de altos e baixos, no entanto, é inegável que prestou inestimáveis serviços à causa da Restauração de Portugal.

Quanto às suas ações como vice-rei do Brasil, destacamos a carta que enviou ao governador do Brasil holandês Maurício de Nassau, no dia 2 de março de 1641, na qual o informava oficialmente da recente aclamação de Dom João IV. A intenção de Montalvão naquela ocasião era clara, buscava iniciar as tratativas para que se fizesse uma trégua na guerra que assolava a colônia.

[...] devo considerar neste sucesso, particularmente a esperança de que este Reino e Ilustríssimos Estados da Holanda tenham aquela paz e união com que sempre trataram, correspondendo-se com tão recíprocos benefícios e com tão útil comércio, como nos podemos lembrar todos os que ouvimos as felicidades dos tempos passados. (VARNHAGEN, 1871: 172.).

Na realidade, graças aos agentes das Províncias Unidas que agiam infiltrados há bastante tempo na península ibérica, Nassau já havia sido informado pelos *Hereen XIX*, os dirigentes máximos da West Indische Compagnie na Holanda, acerca dos acontecimentos em Lisboa, e da ‘feliz aclamação’ do duque de Bragança como o novo rei de Portugal.

A embaixada enviada ao Brasil holandês

Posteriormente, ainda durante a sua estadia no Brasil, o padre Francisco de Vilhena integrou outra embaixada. Referimo-nos àquela que foi enviada ao Governador do Brasil holandês, o príncipe Maurício de Nassau, pela junta de governo que destituíra do cargo de

vice-rei do Brasil o marquês de Montalvão Naquela mesma comitiva seguiram Pedro Correia da Gama e os jesuítas Francisco Avelar e Francisco de Vilhena, emissário pessoal do rei de Portugal.

O objetivo principal daquela missão diplomática era estabelecer as condições da trégua na guerra de Pernambuco, que se arrastava desde 1630 quando do ataque da WIC àquela Capitania. Os detalhes e a percepção dos jesuítas que participaram daquela embaixada foram registrados pelos inacianos. De todo modo, a carta anua de 1644 é o único documento jesuítico que sobreviveu aos caprichos do tempo e logrou chegar até nossos dias, no qual se consta uma referência daquela ‘embaixada de Pernambuco’. Originalmente esta carta foi enviada à sede da Companhia de Jesus em Roma. Atualmente repousa no Arquivo Romanum Societatis Iesu – ARSI, códice *Brasilia* 8, ff.528v-529.

Este precioso documento ali foi encontrado, em meados da década de 1930, pelo insigne historiador jesuíta, o padre doutor Serafim Leite. De fato, graças a ele foi possível acompanhar os desdobramentos posteriores da iniciativa de paz com os holandeses no Brasil. De fato, uma leitura atenta desta anua indica a possibilidade de que a trégua proposta por Montalvão também atendia aos anseios dos dirigentes da WIC, por conseguinte, emissários foram enviados por Nassau a Salvador. Do mesmo modo, os representantes da junta que assumiu o lugar do deposto marquês de Montalvão chegaram a Pernambuco em maio de 1641, eram eles: Pedro Correia da Gama e os jesuítas Francisco Avelar e Francisco de Vilhena. Os detalhes e a percepção dos jesuítas acerca destes acontecimentos foram registrados na carta anua de 1644.

Entendendo os padres que seria de muito fruto e grande serviço de Deus, que nas vilas e campanha de Pernambuco, jardim antigamente de flores católicas e culto divino, mas agora, por nossos pecados, mata de feros hereges e covil de obstinados judeus, residissem alguns da Companhia, e que assim o desejava o católico zelo de Nosso Cristianíssimo Rei Dom João, mandaram deste Colégio dois sacerdotes escolhidos particularmente para tão gloriosa empresa, para que assim pelas cartas de favor e recomendação do governador deste Estado, como também por um arrazoado presente que o Provincial enviava deste Colégio ao General holandês João Maurício de Nassau, lhe grangeasse a vontade e alcançasse a licença desejada para poderem livremente residir e exercitar em Pernambuco os ministérios de nossa profissão; e ainda que, segundo se deixava ver do bom natural do Conde e da experiência que havia de não ser mal afeito aos Portugueses e a Fé Romana; e juntamente pelo cortês agasalho com que recebeu em seu palácio aos Padres, se podia esperar qualquer sucesso feliz [...]. (ARSI, códice *Brasilia* 8, ff.528v-529).

Como se pode perceber pelo teor desta carta anua, até mesmo alguns padres da Companhia de Jesus chegaram a alimentar esperanças de que a proverbial liberalidade em questões religiosas, atribuídas a Maurício de Nassau, pudesse, pelo menos, influenciar os dirigentes da West Indische Compagnie nas Províncias Unidas. Suas esperanças nesse sentido levaram os inacianos a apostarem tudo naquela embaixada, julgando que seria possível obter a permissão para o retorno dos missionários jesuítas aos territórios ocupados pelos holandeses.

Mas assim não aconteceu, pois, apesar da acolhida dispensada aos emissários da Bahia, Nassau já recebera ordens para desencadear novas ações militares e assim foi feito. Como se sabe, ainda durante a permanência dos embaixadores em Recife, estava em curso o preparo das embarcações que atacaram e conquistaram Angola. Mas, a bem da verdade, devemos dizer que a movimentação das tropas e marinheiros holandeses no porto de Recife, foi percebida pelos emissários da Bahia. Todavia, foram tranquilizados por Nassau. O governador do Brasil holandês dissimuladamente lhes assegurou que os navios se preparavam para atacar as 'Índias de Castela... '.

De todo modo, um detalhe deve ser realçado. Referimo-nos aos dois jesuítas que participaram daquela embaixada. Como se viu acima eram eles os padres Francisco Avelar e Francisco de Vilhena, ambos veteranos da guerra de Pernambuco e, portanto, conheciam aquela região como poucos. Por outro lado, aqueles jesuítas não ignoravam o tratamento que estava reservado aos religiosos da Companhia de Jesus pelos soldados das tropas da West Indische Compagnie. Por conseguinte, não cremos que a presença daqueles padres em Recife buscasse obter a anuência de Maurício de Nassau para um retorno dos missionários. Afinal, naquela ocasião, a capitania estava sob o controle dos holandeses há mais de uma década e, desde a captura e deportação do último grupo de missionários chefiados pelo padre Francisco Ferreira, a Companhia de Jesus considerava que a capitania de Pernambuco estava irremediavelmente perdida.

De fato, pelo menos aqueles dois jesuítas não eram ingênuos a ponto de acreditar que a liberdade de culto, oferecida por Nassau aos colonos que optaram por viver sob a tutela das Províncias Unidas em Pernambuco, viesse a beneficiar os missionários da Companhia de Jesus. Resta então uma pergunta: o que pretendiam aqueles dois padres em Recife?

Julgamos que a resposta a esta pergunta inquietante deve ser buscada nas notícias escritas por outro cronista daquela época: o frade Manuel Calado do Salvador, que não pertencia aos quadros da ordem inaciana. Como se sabe este frade escreveu *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. De acordo com Salvador, vinda dos jesuítas a Pernambuco, particularmente do padre Francisco de Vilhena, visava ‘desenterrar a prata dos padres da Companhia e a de Matias e Duarte de Albuquerque que estava enterrada e em mãos secretas e levá-la para a Bahia e daí para o Reino.’ (SALVADOR, 2001: 248.).

No entanto, essa informação deve ser relativizada, pois, apesar dessa afirmativa do frade, até as pedras do cais de Pernambuco sabiam que desde 1630, os holandeses haviam se apoderado de todo o cabedal dos jesuítas, bem como de quaisquer outros bens que se encontravam no colégio de Olinda, inclusive dos objetos de culto. Quanto aos irmãos Albuquerque, o primeiro deles, Matias, o ex-comandante da resistência pernambucana, estava em Portugal engajado nas lutas contra as tropas espanholas. Já Duarte Albuquerque, antigo donatário de Pernambuco, resolvera aderir ao rei Filipe IV, permanecendo na Espanha e, como se sabe, jamais retornou ao reino de Portugal.

Seja como for, outras informações de Manuel Calado podem nos dar uma pista das intenções daqueles jesuítas. De fato, na continuação das acusações que fez ao padre Francisco de Vilhena, ao qual jamais perdoou pela veemência com que atacava os que haviam se aliado aos holandeses, Calado informou que o outro objetivo da vinda de Vilhena visava amealhar algum cabedal. Essa atividade, segundo afirmou o bilioso frade, teria sido realizada pelo padre jesuíta através da venda de cartas assinadas por Dom João IV, nas quais o rei reconhecia o apoio e a lealdade de seus vassalos de Pernambuco.

[...] as quais deu a quem mais lhe pagou e a alguns homens que mereciam ser enforcados por suas traições e aleivosias; e chegou a Pernambuco apregoando tanta privança para com Sua Majestade, e prometendo tantas bulas falsas e tantas mercês fantásticas, que muitas pessoas assim eclesiásticas como seculares lhe deram grande soma de dinheiro, para que em Portugal, para onde se partia lhes alcançasse de Sua Majestade, ofícios e dignidades. (SALVADOR, 2001: 249.).

Pelas palavras de Manuel Calado, nas quais sobressai ódio e ressentimento, podemos perceber um detalhe de muita relevância. Se as informações de Calado estão corretas, é possível afirmar pelo menos que, de alguma forma os emissários da Bahia puderam circular pelo Recife. Assim, até mesmo os jesuítas, ao que parece, chegaram a entrar em contato com

os moradores durante suas andanças pelo cais. Afinal, de que outra maneira o padre Vilhena teria participado das reuniões nas quais aconteceram as negociações referidas pelo frei Manuel Calado?

Mas, pelos desdobramentos posteriores, podemos afirmar que em suas caminhadas à beira mar, os padres Vilhena e Avelar aproveitaram para observar os navios holandeses e entrar em contato com antigos combatentes da resistência pernambucana. De fato, alguns conseguiram manter-se infiltrados em Recife e seus arrabaldes. Os dois jesuítas certamente estariam buscando reativar as antigas redes de informantes que atuaram junto aos invasores holandeses. Para corroborar essa assertiva, basta lembrar que apesar da anunciada trégua que a comitiva buscava obter naquela ocasião, vários grupos de guerrilheiros, ou de campanhistas, segundo a designação coeva, permaneceram infiltrados e agindo naquela região. De fato, muitos deles passaram a atuar junto às aguerridas companhias de André Vidal de Negreiros e Henrique Dias, temidos pelos danos causados às tropas da WIC e aos engenhos controlados pelos holandeses e seus aliados.

Mas, verdade seja dita, em suas acusações aos jesuítas, o frade Manoel Calado acertou pelo menos ao relatar que o padre Francisco de Vilhena não retornou para a cidade de Salvador. De fato, logo após a conclusão da embaixada em Pernambuco, o jesuíta rumou para Lisboa, onde pretendia dar conta a Dom João IV dos objetivos que alcançara em sua missão. No entanto, como afirmou o frade, o padre Francisco de Vilhena jamais chegou a Portugal... .

Mas como o mal adquirido nunca se logra, ele se tornou para o Reino em uma caravela e chegando a ilha da Madeira a salvamento para assegurar a muita riqueza que levava, largou a caravela e se meteu em uma nau que estava de partida para Lisboa; e permitiu Deus que a nau fosse tomada de turcos e levada a Argel, aonde o padre acabou a vida em miserável cativo. E a caravela aonde ele vinha, chegou a Lisboa com próspero tempo e a salvamento. (SALVADOR, 2001:249-250.).

Este é o único relato coevo que traz uma narrativa dos acontecimentos que levaram à morte o padre Francisco de Vilhena. De fato, desde então, a mesma notícia vem sendo reproduzida, seja por cronistas, seja pelos historiadores. Todavia, após esgotar todas as possibilidades, pesquisando as fontes jesuíticas que tivemos ao nosso alcance, fomos surpreendidos pelo teor de um pequeno fragmento, que originalmente integrava o texto de uma carta escrita em 1643, por um desconhecido estudante da Companhia de Jesus em Portugal. Trata-se de uma carta na qual o aluno se referia aos riscos enfrentados pelos

religiosos da ordem inaciana durante as inúmeras missões que realizaram a serviço de Sua Majestade.

Em todos, por obras e palavras, se descobre um ardente zelo de serviço de Sua Majestade, de que é testemunha, além de outras, o fervor com que têm servido nas fronteiras e embaixadas mais arriscadas, em que são mortos três padres, sujeitos de importância: o Padre André Madeira, na fronteira do Alentejo, indo em missão pedânica [terrestre] pelas fronteiras, só a fim de confessar e animar os soldados; o padre João Vittus, ocupado no mesmo ofício, na fronteira da Beira e o padre Francisco de Vilhena, vindo da embaixada do Brasil no cativo dos Mouros. (LAVAJO, 2002: 32-33.).

Seja como for, é certo que o altivo e destemido padre Francisco de Vilhena deixou este mundo e seu miserável cativo por volta de 1642. Encerrou-se dessa maneira uma das mais interessantes e desconhecidas trajetórias de um jesuíta veterano das lutas contra os holandeses no Brasil.

Padre Antônio Vieira

Mas em Portugal, a Companhia de Jesus se mantinha em plena atividade auxiliando na reestruturação do combalido reino lusitano e de seus domínios coloniais. Como já referimos anteriormente, diversos jesuítas atuaram nesse sentido. Todavia, um daqueles religiosos, graças aos inegáveis talentos que possuía, tornou-se um dos mais conhecidos jesuítas de todos os tempos: o padre Antônio Vieira.

De fato, Vieira redigiu um dos primeiros documentos jesuítas no qual se encontra o relato circunstanciado dos fatos ocorridos durante a primeira tentativa de fixação dos holandeses em Salvador entre 1624 e 1625. Do mesmo modo, já em 1638, foi escolhido entre outros religiosos da Companhia de Jesus para pregar o sermão de Santo Antônio em agradecimento ao auxílio divino prestado por aquele que, segundo afirma Ronaldo Vainfas, é o ‘mais português de todos os santos, e por causa disso, foi o mais brasileiro deles.’ (VAINFAS, 2003: 28.).

Quanto às atividades desenvolvidas pelo padre Antônio Vieira em Portugal, cabe ressaltar que inúmeros historiadores dedicaram-se exaustivamente ao estudo da prodigiosa vida deste jesuíta. De fato, suas ações e realizações inspiraram alentados trabalhos, seja acerca

de suas atividades como missionário, diplomata e homem de estado, a tal ponto que em muitas destas obras o padre Vieira aparece como a ‘eminência parda’ de D. João IV.

Aliás, essa tipologia das ações de Vieira foi adotada por seu maior biógrafo, o historiador português João Lúcio de Azevedo. Como se sabe, no tomo I de seu magistral estudo sobre a vida do jesuíta, a análise foi dividida em três partes. O primeiro período: o religioso; o segundo: o político e o terceiro, aquele que trata especificamente de suas atividades como missionário. (AZEVEDO, 2008.).

Em nossa pesquisa acerca das atividades realizadas pelos jesuítas na Restauração de Portugal, reconhecemos os inúmeros talentos do padre Antônio Vieira. No entanto, ao contrário do que imaginávamos ao iniciarmos nossa investigação, percebemos no decorrer das análises que em sua profícua atividade a serviço do rei, aquele jesuíta extrapolou a posição institucional da Companhia de Jesus. De fato, o partidarismo dos jesuítas da Província lusitana em prol de Dom João IV, foi absolutamente assumido pelo padre Vieira.

O mesmo se pode afirmar sobre a posição discretamente antiinquisitorial dos jesuítas portugueses. Nesse quesito, em particular, o padre Antônio Vieira se superou e combateu abertamente os métodos e objetivos daquela temida instituição da Igreja. Por fim, o alegado filosemitismo, do qual nenhum jesuíta de Portugal estava livre de ser acusado, teve no padre Antônio Vieira o mais ferrenho e inspirado defensor. Aliás, o pioneirismo da posição adotada pelo jesuíta nesse sentido, foi reconhecido por Anita Novinski.

Nada atemorizou Vieira nem o tirou de seus ideais. Enfrentou todos os ódios, mas não abdicou de sua luta pela igualdade dos judeus para os quais ‘não pedia favor a Deus, mas justiça’. [...]. Defendeu a dignidade dos portugueses cristãos-novos até o fim de sua vida, lutando contra a discriminação e o antissemitismo. Atacou a mais prestigiosa instituição de Portugal, o ‘Santo’ Ofício da Inquisição, e defendeu a inocência dos réus. Travou uma batalha inglória pelos cristãos-novos indefesos, o que coloca o padre Antônio Vieira como pioneiro na luta pela tolerância e pelos direitos humanos. (NOVINSKI, 2008: 79.).

É inegável que Vieira demonstrou sempre uma coragem respeitável. De todo modo, em termos institucionais pelo menos, as ações do padre Antônio Vieira causaram grandes inquietações não só aos dirigentes da Companhia de Jesus em Portugal, mas também àqueles que trabalhavam em Roma. De fato, chegou-se ao limite de propor sua expulsão da ordem inaciana, o que somente não se realizou graças ao empenho do próprio rei de Portugal D. João IV. (AZEVEDO: 2008: 200-202.). De todo modo, não se pode deixar de levar em conta que a

amplitude e o alcance das atividades que o padre Vieira desempenhou matizaram o século XVII luso-brasileiro, conforme assegurou Capistrano de Abreu.

Entretanto, na Europa movia-se o padre Antônio Vieira, grande valido de dom João IV e um dos maiores escritores da língua. Pupilo de Fernão Cardim, colhera dos lábios deste amigo de Anchieta a história das primeiras missões, e a carreira de missionário formara uma das primeiras aspirações de sua alma ambiciosa. Mandado para o Reino quando se divulgou na Bahia a notícia da independência de Portugal, passara dez anos em terras européias por vontade da Companhia ou insistência do rei, triunfando na tribuna sagrada, ajudando as mais espinhosas negociações diplomáticas, engenhando combinações financeiras como a da Companhia do Comércio, tão útil na guerra pela libertação de Pernambuco, influenciando nos conselhos da coroa, dando idéias e defendendo as próprias ou alheias, estas principalmente, com uma abundância de expressões, uma sutileza de raciocínios, um bisantinismo de argumentos, uma fertilidade de distinções verdadeiramente admiráveis. Um dia apareceu-lhe o vácuo de todas estas pompas, invadiu-o a saudade da primeira infância e da segunda pátria e aspirou missionar no Maranhão. (ABREU: 1907: 66)

Do mesmo modo, pode-se afirmar que D. João IV de Portugal vivia envolto em uma atmosfera de incertezas e vacilações. Por conseguinte, as ordens que dera ao padre Vilhena, quando o enviou ao Brasil em 1641, espelhavam a precariedade da situação política e institucional que matizava os primeiros tempos da Restauração lusitana. Por fim, no que concerne ao objetivo desta comunicação, é preciso deixar claro que a magnitude e a amplitude das ações do padre Antônio Vieira, de certa forma, ofuscaram as atividades realizadas por outros religiosos da Companhia de Jesus, notadamente durante os conturbados dias do período pós-aclamação. Por outro lado, deve-se reconhecer que através de suas ações, o padre Francisco de Vilhena traduziu cabalmente o modo de proceder adotado institucionalmente pelos jesuítas de Portugal e do Brasil naquela conjuntura.

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. São Paulo: EDUSP / Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. São Paulo: Casa Editorial Alameda. 2008. 2v.
- BOXER, Charles Ralph. *A Igreja e a expansão Ibérica*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- _____. *O império colonial português*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- _____. *Salvador de Sá e luta pelo Brasil e Angola 1602-1686*. São Paulo: Cia Editora Nacional/EDUSP, 1973.
- _____. *Os holandeses no Brasil: 1624-1654*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1961.

- COSTA**, Leonor Freire & **CUNHA**, Mafalda Soares da. *D. João IV*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006.
- GOUVÊA**, Maria de Fátima Silva. 'Poder Político e Administração na Formação do Complexo Atlântico Português (1645-1808). In: **FRAGOSO**, J.; **BICALHO**, M. F.; **GOUVÊA**, M. F. (eds.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp.285-315.
- LAVAJO**, Joaquim Chorão. *O papel da Universidade de Évora e da Companhia de Jesus na Restauração de Portugal*. Évora: Editora da Universidade de Évora, 2002.
- LEITE**, Serafim. (S.J.). 'A Companhia de Jesus no Brasil e a Restauração de Portugal.' In: *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa: volume VII: 125-161; 1942. [1ª série].
- _____. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*. Lisboa: Portugália; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938-1950. 10 volumes
- MARQUES**, João Francisco. 'Os Jesuítas, confessores da corte portuguesa na época barroca (1550-1700). In: *Revista da Faculdade de Letras: História 12* Porto: Universidade do Porto; 231-270; 1995.
- _____. *A Parenética Portuguesa e a Restauração: 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. [prefácio de Jean Delumeau]. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.
- MELLO** Evaldo C. de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo: Editora 34, 2007.
- _____. *Nassau: governador do Brasil holandês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- _____. *A ferida de Narciso: ensaio de história regional*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- _____. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1640-1669*. São Paulo: Topbooks, 1998.
- _____. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- MELLO**, J. A. G. *Gente da Nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco, 1542-1654*. Recife: Massangana, 1996.
- _____. *Fontes para a História do Brasil holandês*. Recife: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981-1985. 2 volumes.
- _____. *Tempo dos Flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979. 2ª ed. (Coleção Pernambucana volume XV).
- NOVINSKI**, Anita Waingort. 'Uma luta pioneira pela justiça dos judeus: padre Antônio Vieira.' In: **AZEVEDO**, Sílvia Maria; **RIBEIRO**, Vanessa Costa. *Vieira: Vida e Palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2008, pp.71-80.
- O'NEILL**, Charles E.; **DOMÍNGUEZ**, Joaquim Maria. *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu; Madrid: Universidad Pontificia Comillas. 2001. 4 volumes.
- PÉCORA**, Alcir. (org). *Escritos Históricos e Políticos: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Teatro do Sacramento. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*. São Paulo/Campinas: Edusp/Editora da Unicamp, 1994.
- PRESTAGE**, Edgar. *As Relações Diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.
- _____. 'Relação da Embaixada do Padre Mestre Ignácio de Mascarenhas à Catalunha em 1641, reimpressão da 1ª edição de 1641.' Coimbra: 1926. (Separata de *O Instituto*, volume nº73.).
- _____. *Embaixada de Tristão de Mendonça Furtado à Holanda em 1641*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

- PRESTAGE**, Edgar; **D’AZEVEDO**, Pedro. (org.). *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante a embaixada em Holanda 1643-1648*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920-1926. 2v.
- RAMINELLI**, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RATELBAND**, K. *Os Holandeses no Brasil e na Costa Africana*. Angola, Kongo e São Tomé (1600-1650). Lisboa: Vega, 2003.
- RODRIGUES**, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto: 1931-1950. 7 volumes.
- SALVADOR**, Manoel Calado do. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade* (original de 1648). São Paulo: Beca Produções Culturais, 2001. CD-ROM.
- SERRÃO**, Joaquim Veríssimo. *Do Brasil Filipino ao Brasil de 1640*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.
- VAINFAS**, Ronaldo. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras. 2008.
- _____. ‘Antônio Vieira e o negócio do Brasil: derrotismo pragmático e estratégia política’. In: **AZEVEDO**, Silvia Maria; **RIBEIRO**, Vanessa Costa. (Org.). *Vieira: vida e palavra*. 1ª ed. São Paulo: Pateo do Collegio / Edições Loyola, 2008, p. 9-27.
- _____. ‘Santo Antônio na América Portuguesa: religiosidade e política’. In: *Revista USP*, São Paulo, v. 57, pp. 28-37, 2003.
- _____. ‘La Babel religiosa. Católicos, calvinistas, conversos y judios en Brasil bajo la dominación holandesa (1630-1654.)’. In **CONTRERAS**, Jaime.; **GARCÍA**, Bernardo J. Garcia; **PULIDO**, Ignacio. *Familia, Religión y Negocio. El Sefardismo en las relaciones entre el mundo iberico y los Países Bajos en la Edad Moderna*. Madrid: Fundación Carlos deAmberes y Ministerio de Assuntos Exteriores. 2002. pp.321-342.
- _____. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VARNHAGEN**, Francisco Adolpho de. *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 até 1654*. Viena: 1871.